

Empresa   condenada por uso de 58 programas pirateados da Microsoft

O usuário final de programa de computador ilicitamente copiado ou adquirido está sujeito às san es previstas no artigo 103 da Lei 9.610/98 (Lei dos Direitos Autorais). Com esse entendimento, a 4  Turma do Superior Tribunal de Justiça restabeleceu, por unanimidade, a sentença de primeiro grau que condenou uma empresa do Paraná pela utiliza o de 58 programas da Microsoft sem licença ou autoriza o de uso. A indeniza o foi fixada em 10 vezes o preço de cada um dos programas utilizados ilegalmente.

A Microsoft teve sua a o anulada pelo Tribunal de Justiça do Paraná e decidiu recorrer ao STJ. Além de mencionar a viola o dos direitos do autor, alegou que a utiliza o do software pela empresa paranaense, de forma ilícita, tinha como objeto obter ganho, vantagem ou proveito econ mico. Reforçou, ainda, que se o usuário não fosse punido isso poderia incentivar a prática de obten o de programas ilegais.

O artigo 103 da referida lei determina que “quem editar obra literária, artística ou científica sem autoriza o do titular perderá para estes os exemplares que se apreenderem e pagar-lhe-  o preço dos que tiver vendido”. Prevê, ainda, que, não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edi o fraudulenta, o transgressor pagar  o valor de três mil exemplares. No caso em questão, foi possível apurar o número exato de exemplares pirateados.

Em seu voto, o relator da matéria, ministro Fernando Gonçalves, destacou que a Corte já vem aplicando os critérios previstos na Lei 9.609 (Lei da Propriedade Intelectual para programas de computador) para a quantifica o dos danos materiais decorrentes da utiliza o de programas de computador sem licença. Ele ressaltou, ainda, que o fato de a empresa ter comprado programas licenciados após a decreta o da sentença não a isenta do pagamento da indeniza o. Para ele, tal procedimento significa que agora ela está autorizada a utilizar os softwares originais, mas não   suficiente para afastar a condena o pela anterior utiliza o de programas sem a devida autoriza o. *Com informa es da Assessoria de Imprensa do Superior Tribunal de Justiça.*

Resp 991.721

Autores: Reda o ConJur